



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

O [P1]SR. [MSOffice2]PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro iniciada a 16ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 35, 36 e 37, de 2008.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º, do regulamento interno da Comissão, coloco em votação as seguintes atas: 2ª reunião conjunta de audiência pública, realizada em 26 de novembro de 2008; 14ª reunião extraordinária, realizada em 25, 26 e 27 de novembro de 2008.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Conforme decidido na 4ª reunião, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas dessa reunião.

Informo ainda que a lista com o expediente foi enviada, pelo correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nessa data.

Temos a Pauta nº 35, que é apresentação, discussão e votação do relatório preliminar apresentado à Medida Provisória nº 448, de 2008; a Pauta nº 36, que encaminha ao Congresso Nacional as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1990; a Mensagem nº 33, de 1992; a Mensagem nº 40, de 2008; e a Mensagem nº 137, de 2008; o Requerimento nº 9, de 2008; o Requerimento nº 12, de 2008; e o Requerimento nº 13, de 2008, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria, nos termos do art. 232, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, junto ao Programa de Habitação de Interesse Social no Estado da Bahia, cujo autor é o Deputado José Carlos Aleluia.

Existe um requerimento sobre a mesa, do Deputado José Carlos Aleluia, que propõe a inversão de pauta, para que haja preferência, primeiro, para a Pauta nº 36.

V.Exa. quer encaminhar, Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, simplesmente para acelerar o processo, votaríamos a pauta e depois iríamos à outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Enquanto isso, busca-se concluir o entendimento acerca da medida provisória. É isso?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Exatamente, Sr. Presidente. V.Exa. me socorreu com muita competência.

Quero fazer, também, um requerimento de inversão de pauta para votar o item nº 7, que é o Requerimento a que V.Exa. fez referência, em primeiro lugar, na Pauta nº 36.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito.

Em votação o requerimento do Deputado José Carlos Aleluia na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

*"Inversão do Requerimento nº 13, de 2008, Pauta nº 36, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria, nos termos do art. 232, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, junto ao Programa de Habitação de Interesse Social no Estado da Bahia.*

*Autor: Deputado José Carlos Aleluia."*



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Com a palavra o Deputado para apresentação do requerimento — lembro S.Exa. que já foi feito na reunião anterior.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Serei breve, Sr. Presidente. O assunto já foi por demais discutido aqui e na sessão do Congresso Nacional.

Há um acordo da bancada do Governo e de todos os presentes para aprovar esse requerimento. Portanto, nada tenho a acrescentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O requerimento está em discussão.

A discussão está encerrada na representação da Câmara.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Sr. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Também encerrada a discussão no Senado.

O requerimento está em votação no Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 13, de 2008, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia.

Mensagem nº 40, de 2008, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º, art. 2º, da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao primeiro quadrimestre de 2008.

Retiro os itens 1 e 2 da Pauta nº 36, por isso estou colocando em votação o item 3.

Solicito ao Deputado Eliseu Padilha que faça a leitura do voto do Deputado Beto Albuquerque, pelo arquivamento da Mensagem nº 40, de 2008.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do parecer oferecido pelo Deputado Beto Albuquerque, Relator do PL em questão, que o conclui da seguinte forma:

*"Levando-se em conta o ajuste metodológico por conta do pagamento da Itaipu Binacional ao Tesouro, o excesso coube exclusivamente ao governo central, enquanto as empresas estatais, com resultado nulo, descumpriram a meta que lhes foi estabelecida.*

*O desempenho das receitas, de um lado, contribui para que a meta quadrimestral fosse atingida com tanta folga. As receitas ficaram acima da programação oficial em R\$4,7 bilhões(...). A arrecadação da Receita Federal do Brasil, exceto previdenciária, superou a previsão de R\$2,4 bilhões, liderada pelos tributos sobre a renda (...) e pela contribuição para o financiamento da seguridade social (...). A contribuição previdenciária superou a meta em R\$400 milhões.*

*O bom desempenho da Receita Federal do Brasil está sendo coadjuvado neste exercício pelas receitas não administradas, cuja previsão para o quadrimestre foi ultrapassada em R\$1,9 bilhão. Dentre elas destacam-se as receitas diretamente arrecadas e próprias, de dividendos, com menor importância, de royalties.*

*Não obstante, o desvio da meta quadrimestral decorreu predominantemente da pequena execução das despesas, abaixo do esperado em R\$12,4 bilhões. O ritmo de execução orçamentária decepcionou, pois despesas discricionárias frustraram-se em R\$6 bilhões (...) e as demais despesas obrigatórias, sem contar o pagamento de benefícios previdenciários, em pouco mais de R\$3,9 bilhões.*

*Em relação ao PPI, deveria ter ocorrido alguma aceleração desses investimentos, já que o projeto vem sendo aumentado substancialmente (...) e supostamente atende ações urgentes, estruturantes e de baixa relação custo/benefício. Quanto à perspectiva de a execução do PPI propiciar a redução*



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

*da meta primária do setor público consolidado para até 3,3% do PIB, está oficialmente descartada com o anúncio da criação do fundo soberano, que, ao contrário, significará a elevação da meta primária para o equivalente a 4,3% do PIB.*

*Conclusões.*

*A meta de superávit primário estabelecida para o primeiro quadrimestre de 2008 foi amplamente excedida, tendo contribuído para tanto, também, a tardia aprovação do orçamento.*

*Assim, recomendo o arquivamento dos processos.*

*É o meu relatório.*

*Sala das Comissões."*

Assina o Deputado Beto Albuquerque, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Deputado Eliseu Padilha pela cordialidade e pela gentileza.

O relatório está em discussão.

Deputado Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, como mencionou o Relator *ad hoc*, está explícita no relatório uma previsão para que seja criado um fundo soberano. A Câmara dos Deputados votou, contra as Oposições, a estrutura de um fundo que nada tem de soberano, mas que foi aprovado pela maioria dos Deputados.

Considerando que esta é a penúltima semana do ano, é óbvio que o Senado não aprovará o fundo soberano; e também é óbvio que as Oposições não concordarão em pôr uma previsão para um fundo que não existe. O Governo chegou ao absurdo de propor uma dotação orçamentária. E o projeto de crédito foi ao plenário na última quinta-feira propondo que se dotasse o fundo soberano, que não existe, de uma quantia de recursos que não seria para serem aplicados nos moldes internacionais de fundo soberano, e, sim, para desviar, para suprimir a responsabilidade do Congresso Nacional na aprovação da alocação de recursos.

A intenção clara do Governo é fazer investimentos sem apreciação e aprovação do Congresso Nacional.

Portanto, essa é a ressalva que faço. Eu gostaria que ficasse registrada em ata a nossa divergência com essa intenção, que não será concretizada. Deveríamos estabelecer, em determinado momento, onde devem ser aplicados os recursos que ficarão disponíveis. Acredito que seguramente serão usados para abater a dívida, porque este ano não há mais como alocá-los, na medida em que não haverá nem fundo nem crédito para eles.

Essa é minha observação.

Eu gostaria de ouvir a opinião do Relator-Substituto.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Parece-me que S.Exa. o Deputado José Carlos Aleluia tem razão naquilo que diz. Nós estamos cuidando de uma realidade, por enquanto, virtual.

Pelo que tudo indica, efetivamente, não teremos condição de institucionalizar o fundo, e nessa proporção o recurso que para ele foi previsto realmente ficará sem destinação imediata prevista, podendo caber depois à Casa, possivelmente mediante sugestão do poder Executivo, sua destinação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Satisfeito, Sr. Presidente. Apenas quero registrar que seríamos favoráveis a um fundo soberano se o Brasil tivesse pelo menos uma das condições: superávit nominal nas contas internas ou saldo consistente, ao longo do tempo, nas contas correntes internacionais.

No momento, o Brasil não preenche nenhum dos requisitos mencionados. Portanto, não há como votar favoravelmente a um fundo que não combina com as contas públicas nacionais.

O Governo precipitou-se, achando que teria um saldo consistente e positivo nas contas correntes internacionais, como se o petróleo do pré-sal pudesse ser vendido de forma antecipada. A crise financeira mostra claramente que a PETROBRAS não tem dinheiro nem para ficar fora do sal, muito menos para entrar no sal. Por isso está enxugando o crédito das contas das pequenas e médias empresas, tomando praticamente toda a disponibilidade do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDES.

Portanto, esta é a nossa posição, Sr. Presidente, votando o relatório com nossa restrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O relatório está em discussão.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

O relatório está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos do DEM.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos do DEM e do PSDB.

A matéria está aprovada.

Eu irei ao Item 4.

Mensagem nº 137, de 2008, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, conforme Exposição de Motivos dos Srs. Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Deputado [P4]José Carlos Aleluia, V.Exa. quer solicitar que eu retire da pauta essa mensagem, item 4. V.Exa., talvez, queira discutir mais.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Então, a pedido de V.Exa, esta Presidência o retira da pauta.

Requerimento nº 9, de 2008-CMO, que "requer ao Comitê de Avaliação de Obras com Indícios de Irregularidades Graves que seja realizada visita às obras de implantação do Terminal de Pecém, no Estado do Ceará".

Autores: Deputados Chico Lopes e José Guimarães.

Deputado Chico Lopes.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Sr. Presidente, nós, que somos do Ceará, pedimos que seja aprovado esse requerimento, porque não vai haver despesa para ninguém, só a nós mesmos que lá moramos.

Agora, interessa passar a limpo, no Comitê de Avaliação de Obras com Indícios de Irregularidades, qual tipo de irregularidades e o que podemos opinar a respeito.

Por isso, pedimos a compreensão dos nossos pares pela aprovação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito.

O requerimento está em discussão.

A discussão está encerrada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, evidentemente, serei favorável. Agora, seria interessante que V.Exa. designasse um Deputado que não fosse do Ceará para também acompanhar essa visita. Não tenho condições de ir, não estou me oferecendo para tanto, acho que V.Exa. encontrará alguém melhor qualificado que eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Segundo o Regimento, brilhantemente feito por V.Exa., o comitê tem essa capacidade de articulação dentro da Comissão, de modo que tomará as providências, até para não deixar o Deputado Raimundo Gomes de Matos longe desse processo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Então, perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O requerimento está em discussão.

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento está em votação no Senado Federal.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Deputado Carlos Zarattini teve que sair, mas já está aqui.

Requerimento nº 12, de 2008, que "solicita, ao Ministro de Estado da Fazenda, a estimativa da renúncia de receita decorrente da aprovação de projeto de lei de sua autoria, a definição da corresponde compensação pelo



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas incidente sobre as instituições financeiras e outras informações que específica”.

Autor: Deputado Carlos Zarattini.

Com a palavra S.Exa para defender o seu requerimento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata-se de requerimento com o objetivo de obtermos informações objetivas sobre a possibilidade de alterações na tabela do Imposto de Renda, de forma que possamos reduzir a incidência sobre as famílias e, conseqüentemente, aumentar a capacidade de consumo da nossa população, em particular, da classe média.

O objetivo desse projeto que apresentamos, já está protocolado na Mesa, é exatamente garantir que a política anticíclica do Governo não ocorra apenas na manutenção dos investimentos; que ocorra, também, na manutenção do nível de consumo da população e, conseqüentemente, da compensação e das reduções das exportações por conta da crise internacional.

Então, era isso, Sr. Presidente. Gostaríamos de obter o apoio dos nossos colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O relatório está em discussão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Zarattini faz uma solicitação lúcida. Até o momento, o Governo Federal tem atuado no combate à crise apenas em socorro às instituições financeiras. Eu não contesto essa atuação.

Temos dito muito, Deputado Carlos Zarattini — desde a primeira vez que o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central vieram a esta Casa para debater a crise, em outubro, na segunda semana do seu agravamento —, que a crise chegou à vida real, porque as pequenas e médias empresas não estão encontrando crédito, ao passo que o Governo socorreu as instituições financeiras que não são capazes de abrir o crédito por estarem se sentindo ameaçadas.

Ainda ontem, o Presidente da República, em discurso, mostrou preocupação pelo fato de as instituições financeiras não [P5]estarem respondendo à liberação dos compulsórios, não estarem respondendo aos apoios recebidos por parte do Governo, inclusive as garantias de que eventualmente seriam adquiridas instituições financeiras pela Caixa e pelo Banco do Brasil. Nada do que se fez reverteu em dinheiro nas mãos da sociedade.

A pergunta de V.Exa., na minha opinião, abre espaço para que possamos discutir o Imposto de Renda da classe média.

Estou apresentando, hoje — e queria o apoio de V.Exa. —, emenda à medida provisória que favorece os inadimplentes, essa grande medida provisória que chegou agora com uma série de anistias fiscais. As anistias fiscais têm uma característica, qual seja a de socorrer apenas os inadimplentes. Eu gostaria de socorrer também os que ainda estão adimplentes, sobretudo os da classe média.

Essa emenda que estou apresentando favoreceria muito o combate à crise, no sentido de que, no ajuste do Imposto de Renda, as pessoas poderiam abater integralmente as despesas incorridas com a educação dos dependentes.

Hoje — não sei se V.Exa. tem filhos em idade escolar —, apenas a despesa de um ou dois meses consegue-se abater, caso seu filho freqüente uma escola particular. Não podemos impedir a escola particular. Temos que favorecer, nas políticas de discriminação reversa, os que fazem escola pública, mas não podemos impedir que a família decida orientar a formação do seu filho numa escola de origem religiosa ou particular de alguma natureza.

Portanto, é importante que se altere a legislação do Imposto de Renda, ampliando os abatimentos possíveis com a educação e também incluindo os abatimentos com aluguel e casa própria. Isso alimenta a indústria da construção civil e gera muito emprego.

Portanto, quero apoiar o requerimento de V.Exa. e parabenizá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

O relatório está em discussão.

A discussão está encerrada.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 12, de 2008, do Deputado Carlos Zarattini.

Esta Presidência suspende a sessão por 5 minutos.

*(A reunião é suspensa.)*

O [p6][p7]SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Dou por iniciada a sessão. Quero pedir silêncio aos presentes e avisar que, amanhã, às 10h, iremos reunir o Comitê de Assessoramento junto com o Sr. Relator Geral. Teríamos uma reunião hoje, mas não foi possível encaminhar essa reunião até o presente momento, em vista da reunião que está sendo levada pelo Relator de Receita, que está definindo a sua avaliação de receita, nosso querido Jorge Khoury. Temos que votar o relatório do Deputado Jorge Khoury amanhã. Portanto, precisamos ter esse relatório para providenciar qualquer avanço nos nossos trabalhos.

Então, queremos avisar que a reunião que estava marcada para hoje para amanhã, pela manhã, do Comitê de Assessoramento; à tarde, possivelmente, o encontro com as bancadas.

Ordem do dia.

Pauta 35.

Apresentação, discussão e votação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 448/2008, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$1,6 bilhão (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica.

Relator: Senador Neuto de Conto.

Foram apresentadas 14 emendas.

Voto: Favorável, nos termos da medida provisória.

Quero comunicar, antes de passar a palavra ao Relator, que esta Presidência, junto com os Deputados desta Comissão e com o Relator-Geral, esteve no Estado de Santa Catarina sobrevoando as áreas atingidas. Nada é mais importante nesta Comissão do que a apreciação dessa medida provisória, para que o Estado de Santa Catarina receba os recursos tão necessários.

Eu pediria que o Senador Marconi Perillo assumisse, por favor, a Presidência.

Passo a palavra ao Senador Neuto de Conto, para a apresentação do seu voto.

**O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO** - "Relatório.

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, mediante Mensagem nº 189/2008-CN (nº 930/2008 na origem), submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, que *"abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa, e da Integração Nacional, no valor global de R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), para os fins que especifica"*.

O Poder do Executivo alega, conforme Exposição de Motivos nº 345/2008-MP (EM 345/2008-MP), que a matéria cumpre os requisitos impostos pelo § 3º do art. 167, bem como pelo art. 62 da Constituição Federal no tocante à imprevisibilidade, urgência e relevância.

O quadro a seguir apresenta de forma sucinta os créditos abertos pela Medida Provisória nº 448, de 2008, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com a indicação dos órgãos e unidades orçamentárias beneficiadas, assim como origem ou montante dos recursos oferecidos como contrapartida dos créditos abertos.

A Medida Provisória nº 448, de 2008, abre crédito para a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República no valor de R\$350 milhões. Esses recursos destinam-se à reconstrução emergencial do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, com previsão de recuperação das instalações de acostagem e da área retroportuária e realização de obras de contenção do Rio Itajaí-Açu.

O Porto de Itajaí teve grande parte de suas estruturas danificadas ou destruídas, o que tem impedido a escoação de carga com alto valor agregado. Como segundo maior fluxo de cargas entre os portos brasileiros, sua paralisação pode impactar significativamente o volume de transações comerciais do País

Os créditos para o Ministério da Saúde no montante de R\$100 milhões têm como justificativa para a relevância e urgência a necessidade de utilizar o elevado potencial de disseminação ou risco à saúde pública da



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

população residente nas áreas atingidas, evitando efeitos mais devastadores em termos de mortalidade, sobretudo em relação à mortalidade infantil.

Informa a Exposição de Motivos que, no caso do Ministério dos Transportes, os recursos, da ordem de R\$280 milhões, garantirão a realização de obras emergenciais em rodovias federais de diversos Estados, as quais se encontram em situação de degradação provocada pelas fortes chuvas que têm danificado a malha rodoviária federal e têm levado alguns entes federativos a decretarem estado de calamidade pública.

Em relação aos recursos para o Ministério da Defesa, a relevância e a urgência justificam-se pela necessidade de aquisição de insumos para o transporte de alimentos, medicamentos, materiais e equipamentos de reconstrução. Os créditos, no valor de R\$150 milhões, também possibilitarão o pagamento de profissionais envolvidos no socorro e atendimento às vítimas das enchentes, assim como a realização de operações de apoio e de resgate aéreo e terrestre e de atendimento médico e de restauração de infra-estrutura.

Os recursos destinados pela MP nº 448/2008 ao Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$720 milhões, viabilizarão o atendimento às populações vítimas de desastres naturais em vários Estados, atingidos por intensas chuvas, que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos em diversos Municípios, nos quais já foi reconhecido, pelo Governo Federal, o estado de calamidade pública ou a situação de emergência.

Para viabilizar a abertura do crédito, são oferecidos recursos no montante de R\$990 milhões, provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007, e recursos da ordem de R\$610 milhões, originários do excesso de arrecadação de recursos ordinários.

No prazo regimental, foram apresentadas quatorze emendas à presente medida provisória.

## 2. Análise

No tocante aos aspectos de constitucionalidade e aos pressupostos [p8]de relevância e urgência, o § 3º do art. 167 da Constituição Federal diz que *"A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62."*

Portanto, a despesa atendida por um crédito extraordinário deve ser imprevisível, ou seja, aquela que não se pode prever, que não pode ser pressuposta. Mais do que isso, tal despesa deve ser urgente, isto é, deve ser executada com rapidez, sem demora. O art. 62 da Constituição exige, ainda, que o caso a ser atendido, além de urgente, deve caracterizar-se como relevante.

Os créditos abertos pela MP nº 448/2008 com certeza atendem aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e de urgência. Com efeito, as despesas atendidas pelos créditos a que ela se refere estão relacionadas a situações excepcionais que colocam em risco, de forma inequívoca, a integridade de pessoas ou do patrimônio público. Além disso, as despesas também podem ser caracterizadas como relevantes, pois se destinam, entre outros objetivos, à recuperação da infra-estrutura de transportes, bastante danificada pelas intensas chuvas que atingem diversos Estados, e à aquisição de alimentos, medicamentos, materiais e equipamentos necessários ao atendimento às vítimas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 — LDO 2008), em seu art. 61, § 13, estabelece que *"os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no anexo de metas fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo."*

O crédito extraordinário, dada a sua excepcionalidade, em tese, não se sujeita às mesmas regras às quais estão submetidas a outras espécies de crédito adicional, sobretudo, o crédito suplementar e o crédito especial, ambos encaminhados ao Congresso por meio de projeto de lei do Poder Executivo. Entretanto, dado que o uso de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007 terá impacto sobre a meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, deverá o Poder Executivo proceder aos necessários ajustes financeiros posteriormente.

As 14 emendas oportunamente apresentadas são de indubitável mérito. No entanto, não merecem prosperar. De acordo com nossa análise:

*a) as emendas de nºs 1, 5, 6, 7, 8, 9 e 13 devem ser declaradas inadmitidas, por contrariarem o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006 - CN. Tal artigo dispõe que somente serão admitidas emendas que tenham como*



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

*finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente. No entanto, as emendas citadas propõem acréscimo de dotações;*

*b) as emendas de nºs 2, 3, 4, 11 e 12 devem ser declaradas inadmitidas, porque contrariam o § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002 - CN. Tal parágrafo dispõe que é vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na Medida Provisória. As emendas, contudo, propõem regulamentar temas divergentes do que trata a MP, tais como a suspensão da exigibilidade de obrigações e a alteração de dispositivo de lei;*

*c) a emenda de nº 10 deve ser declarada inadmitida, porque contraria o inciso I do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006 - CN. [P9]Tal dispositivo estabelece que as emendas serão inadmitidas quando contemplarem programação e unidades orçamentárias não beneficiadas no crédito. Entretanto, como se pode observar, a emenda analisada inclui os Ministérios da Agricultura, dos Esportes e do Turismo entre as unidades beneficiadas pelos recursos, as quais não constam originariamente na medida provisória.*

*d) a Emenda nº 14, por fim, embora possa ser admitida, não merece provimento no mérito, porque restringe a necessária flexibilidade na administração financeira dos recursos, objeto do crédito em análise. Ao procurar estabelecer dispositivo que fixe prazo para liberação total dos recursos, a emenda negligencia a realidade dos fatos que, pelo menos em tese, visa proteger. É que as ações, na sua execução, podem demandar a liberação dos recursos em maior ou menor volume que os programados e em tempo menor ou maior que os esperados, o que não se ajusta ao previsto na emenda. Assim sendo, o melhor é deixar que os acontecimentos determinem o ritmo e o montante das liberações financeiras, razão pela qual os dispositivos da MP em análise devem permanecer tais quais constantes da redação original.*

Voto do Relator

Diante do exposto, votamos no sentido de que a Medida Provisória nº 448, de 26 de novembro de 2008, atende aos preceitos constitucionais e legais que orientaram sua adoção e, por conseguinte, no mérito, somos por sua aprovação, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, devendo ser inadmitidas, de acordo com o art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN, as emendas de nºs 1 a 13 (relacionadas no Anexo I) e rejeitada a de nº 14.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2008."

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Marconi Perillo) - Esta Presidência cumprimenta o Senador Neuto de Conto pelo relatório conciso, pelo conteúdo do relatório, considerando esta matéria da mais alta relevância, detentora do mais elevado mérito em razão de todo o acontecido no Estado de Santa Catarina. Fatos que comoveram o Brasil e que transformaram os brasileiros numa grande corrente de solidariedade, em uma demonstração inequívoca de fraternidade aos nossos irmãos de Santa Catarina. Há muito, não acompanhávamos uma tragédia daquela envergadura, daquela monta. Todos nós, representantes do Congresso Nacional, nos sentimos no dever e com a responsabilidade de aprovarmos celeremente esse projeto que, com certeza, irá de certa forma restaurar a infraestrutura de Santa Catarina e, ao mesmo tempo, reparar de certa forma também o que aconteceu no seio de centenas, milhares de famílias catarinenses. A nossa solidariedade, enquanto Presidente em exercício desta Comissão, aos prezadíssimos Senadores de Santa Catarina e o nosso compromisso de apoio e celeridade na votação desta matéria.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, declaro inadmitidas as emendas...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Para argumentar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Marconi Perillo) - Pois não. Vou abrir a discussão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Se V.Exa. não tomar a decisão, não posso argumentar mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Marconi Perillo) - Vou abrir a discussão. [P10]

**O [P11] SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Mas a discussão era sobre a admissibilidade das emendas, eu estou argumentando isso.





**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

O SR. PRESIDENTE (Senador Marconi Perillo) - Passo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, eu estou inscrito primeiro para falar sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, esta medida provisória só é admitida porque é extraordinária e tem, na sua origem, o atendimento a um fato extraordinário. S.Exa. o Sr. Presidente da Comissão e S.Exa. o Sr. Presidente da República foram a Santa Catarina. O que justifica a admissibilidade da emenda é exatamente o fato de atender a emergência de Santa Catarina. Portanto, emendas que venham no sentido... No meu entendimento, só pode ser aprovado o crédito para Santa Catarina, não pode ser para outro lugar. Portanto, tornar inadmissíveis as emendas é impedir o Congresso de corrigir um erro que veio no original. O erro original é estar aberto para o País. Não é para o País, é para Santa Catarina! Não há como ser diferente.

O art. 166 da Constituição não restringe o poder do Congresso Nacional e, portanto, a resolução que tive a honra de redigir também não o restringe. Portanto, a interpretação bem-intencionada do Sr. Relator de considerar inadmissível tem dois vícios. O primeiro é que, se for inadmissível e nós aprovarmos... Eu votaria contra um crédito nacional, porque não há uma calamidade nacional, há uma calamidade em Santa Catarina. Portanto, para atender, tem que ser para Santa Catarina, e não pode ser nacional.

Além de tudo, o art. 166 da Constituição não restringe o nosso poder. Ninguém pode restringir o que a Constituição não restringe. A Constituição assegura a nós o direito de elaborar o Orçamento. Entre ficar com a Constituição e ficar com a resolução, fico com a Constituição, que estabelece que só passa porque é extraordinária. Portanto, não se pode colocar a admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu gostaria de colocar em discussão a MP. V.Exa., Deputado Chico Lopes, está com a discussão.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Senador Neuto de Conto pelo relatório, pela lanhez, pela preocupação. E parabenizo a direção dos trabalhos e os Deputados que foram em Comissão ver esta tragédia, que ninguém quer mais para o País.

Mas, por coincidência, Sr. Presidente, eu queria fazer algumas observações. O Governador teve tempo, e quem acompanhou de perto viu a cara de tristeza do Governador na época. Tem hora que nos sentimos incompetentes diante da natureza.

Quero ler rapidamente reportagem de Maurício Dias, intitulada "Rosa dos Ventos":

*"A culpa é do homem.*

*Não se pode ignorar, como vem sendo ignorado, o documento de um grupo de renomados pesquisadores e professores das universidades, faculdades e fundações de Santa Catarina, sobre a tragédia do Vale do Itajaí naquele Estado. Eles não buscam culpados, mas, sim, oferecem fato para reflexão das autoridades.*

*O custo foi muito alto: mais de cem mortos e milhares de desabrigados.*

*Fato fundamental: a culpa não é da chuva, como repisam as manchetes de jornais — embora a enchente de 2008 tenha sido muito maior que as anteriores. Segundo o documento, houve uma precipitação pluviométrica, em apenas dois dias, de 500 litros por metro quadrado. Há registro, de 1984, de uma precipitação de 200 milímetros em todo o Vale do Itajaí.*

*'Em todos esses desastres naturais as enchentes são mais previsíveis e, por isso, mais fáceis de lidar. Os deslizamentos e as enxurradas, não. Esses são praticamente imprevisíveis e é aí que reside o real problema desta catástrofe.'*

Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Essa reportagem chama a atenção para o meio ambiente, para o modo como o homem o está utilizando.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Para terminar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está encerrando a Ordem do Dia. Por favor, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Só quero terminar, Sr. Presidente, porque estou preocupado. Isso acontece, e no Sul foi fácil de resolver, mas no Nordeste nós temos problemas, e não são tão rapidamente resolvidos.

A Assembléia Legislativa de lá está votando o Código Ambiental exatamente por pressão de fazendeiros, fábricas de celulose e empreiteiros. Se isso for aprovado, como diz a revista, vai prejudicar cada vez mais.

Quero agradecer a paciência de V.Exa. Tive mais sorte do que na vez passada, quando me inscrevi e fui desrespeitado por um colega de Parlamento.

Quero chamar a atenção dos homens para a brincadeira que se faz com o meio ambiente. Querem fazer aquilo que a natureza não permite.

Obrigado pela compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Chico Lopes, às vezes pode parecer incompreensão, mas hoje é o último dia para a apreciação da MP nesta Comissão. Às vezes, fico nervoso para cumprir aquilo que temos que cumprir, e algumas pessoas acham que ocorre algo diferente, que reajo porque não gosto de ouvir. Não, isso não ocorre.

Eu vou ser obrigado a suspender a sessão, em vista do início da Ordem do Dia.

Quero esclarecer algo, apenas para fins educativos.

O Deputado Jorge Bornhausen está contestando a inadmissibilidade apontada pelo Relator, Deputado José Carlos Aleluia, nas Emendas nºs 5, 6, 7, 8, 9 e 13, apenas nessas. Então, considero inadmitidas as emendas apontadas pelo Relator e coloco, imediatamente após a retomada da sessão, a contestação no plenário, para que se manifeste.

E quero pedir: eu vou tentar votar esta medida provisória hoje, por favor, porque nós teremos dificuldades de explicar para a nossa querida Santa Catarina que nós não a votamos. Eu não vou conseguir explicar que eu não posso ter reunião junto com a Ordem do Dia do plenário.

Está suspensa a reunião.

*(A suspensa a reunião)*

**O [P12]SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro reiniciada a 16ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 35 e 36, de 2008.

Comunico aos membros desta Comissão que o Relator da Receita, Deputado Jorge Khoury, está prestes a encerrar seu trabalho de estimativa de receita. Amanhã, faremos uma reunião com os Líderes partidários, às 9h30min. É fundamental, é extremamente importante a presença de todos, para que possamos estabelecer a negociação sobre o relatório do Senador Delcídio Amaral, que se dará com base na previsão de receita do Relator Jorge Khoury, a qual esta Comissão precisa apreciar, com acordo de Líderes, amanhã à tarde.

O Senador Delcídio Amaral passou o dia inteiro trabalhando com os números. Existem condições claras que forcem a posição desta Comissão. A partir daí, poderemos ter uma linha de trabalho que nos dê tranqüilidade quanto ao Orçamento estabelecido por esta Casa.

As discussões sobre a questão econômica são as mais variadas possíveis. O Relator da Receita buscou toda a assessoria possível para cumprir o seu trabalho. Como sempre, o Deputado Jorge Khoury foi de uma dedicação ao serviço extraordinária, com uma responsabilidade nata dos homens públicos da Bahia, do Rio Grande, do País inteiro.

O Deputado Jorge Khoury resistiu muito. Lutou, brigou pelo seu ponto de vista e conseguiu fazer com que as coisas melhorassem um pouco.

É importante, então, que amanhã, às 9h30min, possamos conversar — o Deputado Jorge Khoury, o Relator-Geral, os Líderes partidários —, para que a decisão seja da Comissão.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

O Deputado Jorge Khoury disse de forma clara: *"Minha decisão assino como Relator de Receita, mas nós atuamos num time que é responsável por construir o Orçamento da União, e o que eu preciso assinar tem que ser respaldado por toda a Casa"*.

Não tenho dúvida, Deputado Jorge Khoury, de que V.Exa. saberá expor aos Líderes partidários a sua posição, assim como o Relator Delcídio Amaral.

Estamos votando a Medida Provisória nº 448, de 2008, que "Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$1.600.000.000,00, para os fins que especifica".

O Senador Neuto de Conto foi o Relator e emitiu parecer favorável à medida provisória, posicionando-se pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1 a 3.

No momento em que o Presidente considerou inadmitidas as emendas, foi apresentado recurso pelo DEM, do Deputado José Carlos Aleluia, com o apoio dos Deputados Cezar Silvestri, Luiz Carlos Setim, Guilherme Campos, Raimundo Gomes de Matos e Chico Lopes, referente à inadmissibilidade das Emendas nºs 5, 6, 7, 8 e 9. Indeferido. Houve recurso, e eu preciso colocar em votação o recurso interposto.

Deputado, [P13] V.Exa. defendeu o seu recurso na tribuna eu vou considerar como já na Mesa.

O recurso está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que votam a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos dos Deputados Gilmar Machado e André Vargas.

Eu achei que V.Exas. não gostariam de passar por isso, porque estamos trabalhando para Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Não, estamos ponderando os recursos das emendas, não o crédito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Sim, mas sempre pode ter interpretação diversa disso.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Mas eu estou muito tranquilo, muito seguro de que o crédito é do Governo....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - ...e o Governo realmente mandou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Aprovado o recurso, vamos votar a contestação.

Os Deputados que aprovam a contestação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Reina o silêncio na bancada da Câmara, portanto está aprovada a contestação.

Pergunto ao Deputado Gilmar Machado se quer registrar o voto contrário à contestação também. *(Pausa.)*

V.Exa. quer registrar o voto contrário?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Quero me solidarizar ao Presidente. O Presidente deu um parecer que eu acho extremamente prudente, correto, e quero ficar ao lado do Presidente nesse crédito de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Então, V.Exa. é contra a contestação também.

Aprovada a contestação na Câmara dos Deputados, contra os votos do Deputado Gilmar Machado e do Deputado André Vargas.

Eu gostaria de colocar em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Senador Neuto de Conto.

Sou obrigado a encerrar a discussão da matéria.

Quero abrir o prazo dos destaques.

Os destaques já deram entrada?

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Não, não. Por que estamos encerrando já a discussão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu não tenho mais 10 minutos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Não, perfeito. É porque eu só queria fazer um registro que a Senadora Ideli Salvatti me solicitou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não, por favor.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - S.Exa. está se deslocando para cá, para exatamente também se manifestar, como os demais que já estão aqui, favoravelmente a esse crédito extremamente importante para Santa Catarina. E com certeza a nossa Líder — eu a considero também minha Líder...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Senador Neuto de Conto, por favor. V.Exa. é o nosso grande Relator aqui.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - A Senadora Ideli Salvatti quer deixar fazer esse registro, mas eu queria então registrar em seu nome a sua posição na defesa....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. não se preocupe, porque, na hora em que chegar a Senadora Ideli Salvatti, este Presidente dará a palavra a S.Exa.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vamos colocar em votação o relatório do Senador Neuto de Conto, ressalvados os destaques.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não, V.Exa. pode defender.

Vamos votar o relatório apresentado à Medida Provisória nº 448, de 2008, ressalvados os destaques.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero cumprimentar o Relator, Senador Neuto de Conto, pela celeridade do seu trabalho. O Senador Neuto de Conto nos acompanhou na visita a Santa Catarina, esteve presente nas viagens às 2h, 3h da tarde, de helicóptero, passando por todas as áreas. Quero cumprimentar o Senador pelo seu trabalho, assim como o Deputado Paulo Bornhausen.

Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, como o parecer do Relator será uniforme para os destaques, a proposta é que sejam votados em globo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não, eu preciso declarar prejudicado o Destaque nº 1, que é a Emenda nº 13...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sim, depois os outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - ...que continua inadmitida. Perfeito?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - O.k.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vou declarar o destaque prejudicado.

Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Há cópia desse relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Do Senador Neuto de Conto? Eu tive oportunidade de ler. É brilhante.

**O [p14]SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - É que eu e o Deputado Gilmar Machado gostaríamos de ler. É uma pretensão. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Nós temos aqui o Destaque nº 2 à Emenda nº 5, Relator, do Deputado Paulo Bornhausen.

Eu estou dizendo ao Relator porque S.Exa tem que se manifestar sobre eles.

O Destaque nº 3 é sobre a Emenda nº 6; Destaque nº 4, Emenda nº 7; Destaque nº 5, Emenda nº 8; Destaque nº 6, Emenda nº 9.

Deputado Raimundo, V.Exa. tem alguma dúvida?

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Eu estou em dúvida quanto aos destaques que foram acatados, até compatibilizando com o que foi solicitado no tocante à reconsideração da inadmissibilidade. Porque eu tenho em mãos um documento do Governador e um documento do Ministro sobre a questão da área



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

social. E eu quero deixar clara a posição dos membros da Comissão de Orçamento, até para que depois o Sr. Governador, o Sr. Ministro, que solicitam recursos para a recuperação dos equipamentos, de abrigos... Se nós estamos falando em causa social, nada mais justo do que nós termos a sensibilidade de ver que não poderemos deixar essa população — idosos, crianças — sem ser atendida. Foi feito o destaque, na contestação foi incluído o décimo terceiro, e eu queria que, pelo menos... Claro que é a maioria que vai decidir, mas eu creio que o Senador recebeu, não só do Governador Luiz Henrique, mas também do próprio Ministro Patrus Ananias...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo, perfeito. Eu lhe agradeço.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - A informação anterior da assessoria do Senador de que essa área era atendida pela área social não procede. Eu acho que a assessoria do Senador deu uma informação equivocada. A parte de alimentos, muito bem, o Ministério da Integração pode atender, mas essa outra área, infelizmente, a assessoria do Senador não falou corretamente nesse aspecto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Na contestação, Deputado Raimundo, entendeu-se de deixar o destaque pertinente à emenda de V.Exa. fora por acordo das partes.

Deputada Ideli. Perdão, é que eu tenho o prazer de conviver tanto com V.Exa. que a incluo como Deputada, mas peço-lhe desculpa pelo erro, Sra. Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** - Deputado Mendes Ribeiro Filho, Presidente desta Comissão, em primeiro lugar, agradeço a gentileza com que V.Exa. prontamente atendeu ao nosso convite e esteve no nosso Estado acompanhando de perto, ao vivo, toda a dimensão da tragédia que se abateu sobre Santa Catarina.

Eu, apesar de toda a dificuldade, fiz questão de vir, porque tive oportunidade de conversar com o Senador Neuto de Conto, Relator da medida provisória, e vim aqui trazer uma grande preocupação. O Senador Neuto deu parecer pela inadmissibilidade das emendas, no sentido de que não cabe a forma como as emendas foram feitas, porque, pelo que eu entendi, caso os valores sejam aprovados da forma como foram apresentadas as emendas, posteriormente, se nós quisermos recuperar algum valor a mais, nós não poderemos fazê-lo. Isso foi o que eu entendi. Ou seja, da forma como está a medida provisória hoje, nós temos um compromisso, uma declaração, uma disposição de que boa parte dos recursos vá para Santa Catarina, até porque, comparativamente com outros Estados que também têm sofrido problemas, a situação de Santa [p15] Catarina é muito mais grave.

Por exemplo, no caso das estradas, que são 280 milhões de reais, se ficar metade para Santa Catarina, mas nós precisarmos de dois terços, não vamos poder depois recuperar esse valor. Então, entendo que não deveríamos carimbar. Deveríamos ficar com a palavra do Presidente de que os recursos serão aplicados na medida necessária para recompor o nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quero alertar aos Deputados e Senadores que nós temos 5 minutos para apreciar esta matéria. Nós pedimos ao Presidente da Câmara para abrir uma janela de meia hora para que pudéssemos votar essa medida provisória.

Deputado Aleluia, V.Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Estou vendo o interesse da Senadora Ideli, que se deslocou do Senado para cá. Agora, para esclarecer a Senadora, tínhamos feito um acordo, já foi aprovada a admissibilidade. A informação que foi dada à Senadora não procede. Nós apenas estamos vinculando uma parte dos recursos a Santa Catarina, porque só por isso cabe a extraordinária, porque não há calamidade no Brasil, há calamidade em Santa Catarina. O correto teria sido a emenda ter colocado tudo para Santa Catarina, mas nós apenas estamos dizendo que, no mínimo, 50% seja para Santa Catarina.

Portanto, Senadora, a informação que V.Exa. tem, com a melhor intenção, não procede, por isso queremos a aprovação das emendas e levar o projeto para aprovação do Congresso.

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** - Sr. Presidente, esta é a única pergunta que precisam me responder. Quem está fazendo as emendas precisa me responder. Se ficar aprovado o valor de 140 milhões de reais para recuperar estradas em Santa Catarina e forem necessários 160 milhões de reais, vamos ter direito aos 20 milhões de reais a mais?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É no mínimo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** - Olha, essa afirmação, pelo que eu tenho de informação, não procede.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vou passar a palavra ao autor.

Deputado Paulo Bornhausen.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Sr. Presidente, por que não concede a palavra ao Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) Em seguida farei isso, depois que o autor se manifestar, Deputado José Guimarães.

Peço a manifestação do autor das emendas.

Concedo a palavra o Deputado Paulo Bornhausen, como autor da emenda. Depois vou passar a palavra ao Relator. Em seguida, vou colocar em votação a matéria.

**O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN** - Presidente, esse destaque foi feito com a assinatura dos membros da Comissão Parlamentar Externa de acompanhamento. Ele não estabelece que esse é o valor máximo, apenas diz que esse recurso que está sendo dirigido a Santa Catarina não poderá ser enviado aos Estados. Mas a sobra dos recursos, tanto da Defesa Civil como do Ministério dos Transportes, como fica em âmbito nacional, basta a Senadora Ideli Salvatti, um Líder ou o Presidente dizer que esse dinheiro também se dirige a Santa Catarina.

Estamos fazendo isso não por desconfiança da palavra do Presidente, não. Pelo contrário, é para reafirmação da palavra do Presidente, que disse isso em Santa Catarina.

Quero dizer à Senadora Ideli Salvatti que não há disputa política aqui não. Aqui só tem Santa Catarina. Então V.Exa. pode ficar tranqüila, porque nós não vamos fazer disso nenhum cavalo de batalha política, não. Para V.Exa. será uma tranqüilidade, e tenho certeza de que o Presidente, ao ouvir V.Exa. e o Governador, se houver necessidade de outros recursos, eles serão alocados, porque o valor nacional também inclui Santa Catarina. Mas poderá ir para outros Estados. O que nós queremos é que o de Santa Catarina seja de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra o Relator, Senador Neuto de Conto.

**O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO** - Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, o nosso relatório ficou subordinado à legislação. Eu sou escravo dela, da Constituição e dos Regimentos. Na parte da manhã, o eminente Deputado José [P16]Carlos Aleluia citou inclusive o art. 166 da Constituição, que nós cumprimos. Cabe aos Deputados e Senadores apresentarem emendas e defendê-las. Nós acatamos, numeramos e achamos que, pelo nosso Regimento, eram inadmissíveis. Nós não dissemos que o Deputado e o Senador não pudessem fazê-lo. Podem e estão fazendo. Então, o nosso relatório não foi contra isso. Numeramos as emendas, fizemos tudo isso.

Segundo, eu queria dizer ao Deputado Raimundo Gomes de Matos que a Emenda nº 13 incorporou duas incorreções. A primeira é que ela tira recurso de um Ministério para aplicar em outro; segundo, ela não pode, pelo Regimento — senão nós temos que rasgar o Regimento, nós temos que rasgar...

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - A contestação foi feita. No momento em que houve a admissibilidade da contestação, morreu esse argumento, Senador.

**O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO** - Agora sim. Mas eu queria dizer porque fica ruim para mim, se disserem que eu não quero.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO** - Não, está sim.

Mas eu queria justificar isso. Realmente ela teve dúvidas.

As demais dizem o seguinte: pode diminuir, não pode acrescentar. Ora, todas as demais emendas diminuíram e acrescentaram. Eu estou falando sobre a legislação. Eu não estou falando da parte política nem da liberação.

Eu vou só ler, para que os senhores saibam, o § 2º do art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, que diz o seguinte:

*"Art. 148....."*

*§ 2º A contestação versará exclusivamente sobre o descumprimento de normas constitucionais, legais ou regimentais pertinentes à matéria questionada, devendo ser indicados os dispositivos infringidos, apresentada fundamentação circunstanciada e sugeridas medidas saneadoras."*



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Eu quero dizer que nós estamos defendendo um único Estado, uma única proposta. Quando da discussão com o Deputado Paulo Bornhausen, S.Exa. nos disse que queria, no mínimo, 50% para Santa Catarina. Ela não está errada na forma, mas não é isso que está explicitado. O que está explicitado é que vão 50% para Santa Catarina e 50% para o nacional, e o nacional poderá também ser aplicado em Santa Catarina. Essa é a divergência que existe. Quero deixá-la bem clara, bem explicada.

Eu mantenho a minha posição, mas sempre defendendo os interesses de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sr. Presidente, eu queria aqui, mais uma vez, fazer um apelo. Nós temos que entender que a situação de Santa Catarina é grave, séria, o Governo está atendendo, mas nós também temos que entender que houve outros Estados, como, por exemplo, o Espírito Santo, que também tem esse problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Desculpe, Deputado Gilmar, mas essa emenda diz que é, no mínimo, 50% para Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Não, mas aqui... Sr. Presidente, a forma como veio a medida não estabeleceu nem 50%, nem 60%, nem 70%. Não é assim. Ela só pôs o valor que é necessário hoje. E aí cada Ministério vai saber qual é o percentual que vai repassar para o Estado ou não. É isso, Sr. Presidente! Nós não podemos agora aqui, com essas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Líder, eu não quero, por favor, truncar a discussão. Eu estou preocupado é se acender a luzinha. Eu acho podemos votar contra ou a favor, mas votar a matéria.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Nós já votamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não votamos ainda.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - O crédito nós já votamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O crédito, sim, mas faltam os destaques.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sim. O que é fundamental é o crédito, e o crédito já foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não, não. Nós estamos em votação. Se não terminarmos os destaques é como se não tivéssemos apreciado a medida provisória.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Para nós não há problema. Vamos colocar em votação, porque depois no plenário nós vamos fazer a mesma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Mas nós não deixamos de analisar o pleito de Santa Catarina, que todos nós nos comprometemos lá de votar hoje na Comissão; eu, pelo menos, como Presidente.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Mas o pleito de Santa Catarina era a votação do crédito.

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** - Sr. Presidente, uma coisa é o que está sendo...

**O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS** - Sr. Presidente, foi feito um acordo. Com o devido respeito, Senadora. Senadora, com o devido respeito.

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** - Só um minutinho, só um minuto.

**O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS** - Por favor, nós vamos perder a janela.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Vamos votar e cada qual assume a sua responsabilidade.

**O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS** - Nós vamos perder a janela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, eu vou colocar...

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** - É porque uma coisa é o que é dito, outra coisa é o que está escrito. E a minha única preocupação é que, pelo que está escrito, se Santa Catarina precisar de mais, pelo que está escrito, não terá.

**O [P17]SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, vamos encerrar a discussão.

Gostaria de pedir autorização para votar os destaques em globo, de acordo com o parecer do Relator.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - O parecer do Relator, portanto, é contrário aos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Evidente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - É para deixar claro.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Quais são os destaques que vão ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Destaques n<sup>os</sup> 2 a 6 — Emendas n<sup>os</sup> 5, 6, 7, 8 e 9, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen, com parecer contrário do Relator, mediante recurso feito ao plenário e acolhido pelo plenário. Perfeito?

Os Deputados que votam de acordo com o parecer do Relator, contrários aos destaques, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados os destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, verificação. Queremos verificação para que fique claro que a Senadora não acompanhou a discussão e chegou tarde para prejudicar o seu Estado. O Estado tem que ficar acima dos partidos.

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI - Deputado Aleluia, é bom V.Exa. ir ao meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Verificação concedida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - A senhora chegou tarde.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Queria pedir respeito ao Deputado Aleluia, como membro de Santa Catarina. V.Exa. é acostumado a ganhar no grito. Por favor, não prejudique o nosso Estado, Deputado Aleluia, por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - A questão de Santa Catarina não pode...

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - É uma comunidade com dificuldades e não merece esse desrespeito, Deputado Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Carlito Merss, por favor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, esta questão não deveria servir de luta política, um drama desse tamanho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Chegou atrasada e veio atrapalhar o próprio Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor.

Não somos donos da verdade.

Deputado Aleluia, por favor. Deputado Carlito, por favor.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Carlito Merss, estamos numa Casa política, vamos permitir o debate. Agora, vamos ter razoabilidade. Não estamos tendo razoabilidade.

Por favor, Deputado Carlito.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - É matéria votada, gente. Vamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Gostaria, por favor, do apoio do Deputado Aleluia para a verificação.

V.Exa. mantém a verificação, Deputado Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, mantenho a verificação, porque tínhamos feito um acordo, e alguém que não estava acompanhando a questão, tinha outros afazeres, além do Estado dela, veio perturbar. Portanto, queremos o voto para que fique registrado quem quis aprovar a verba para o País e quem está preocupado em aprovar para Santa Catarina.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Gilmar, aqueles que estavam aqui.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, eu não fiz acordo nenhum. Sr. Presidente, eu estava aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Aqueles que estavam aqui...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - ...e não fiz acordo nenhum. O acordo que fizemos foi para votar, não foi para aprovar a emenda, não. Ninguém fez acordo aqui para aprovar nada ou rejeitar nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor, gente, o que está havendo hoje?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, aceitei. Fui voto vencido no destaque, não pedi verificação, não atrapalhei nada. Agora, não teve acordo para aprovar emenda de Deputado nenhum aqui. Vamos





**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

deixar muito claro isso aqui. O acordo foi para votar. Perdi a votação, aceitei o resultado e não fiz o barulho que o Deputado Aleluia agora quer fazer aqui, porque perdeu uma votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Gilmar Machado, só um minutinho, por favor.

V.Exa. tem a palavra.

**O SR. SENADOR RAIMUNDO COLOMBO** - Sr. Presidente, acho que há um mal-entendido. A emenda estabelece um mínimo de 50%. Se o Governo quiser alocar 70%, 80%, 90% não está impedido de fazê-lo. Isso é uma coisa simples, clara, fácil de ver. O importante é que votemos agora para que não se perca esse prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Esperem um minutinho.

Senador Raimundo Colombo, pediria...

Começou a Ordem do Dia.

**O SR. SENADOR RAIMUNDO COLOMBO** - Vamos votar imediatamente!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Racionalidade, gente! Matéria votada!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não, a matéria está não apreciada por esta Comissão. A matéria vai ao Plenário do Congresso. *(Pausa prolongada.)*

Alerto [P18]os Srs. Deputados que nós convocamos reunião para amanhã, às 9h30min, do Relator de Receita e do Relator-Geral com todos os Líderes partidários.

Suspendo esta reunião, que quero recomeçar amanhã às 10h30min.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

**SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro iniciada a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Tendo em vista as votações que estão por acontecer no plenário e diante dos entendimentos desenvolvidos entre as lideranças, suspendo esta reunião e convoco a próxima para as 14h30min de hoje.

Está suspensa a sessão.

*(A reunião é suspensa.)*

**O [p19][p20]SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro reiniciada a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 35 e 36 de 2008.

Suspendo a presente reunião e, tão logo tenhamos o relatório da receita, farei a convocação para a próxima sessão.

A reunião está suspensa.

*(A reunião é suspensa.)*

**O [p21][p22]SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Sras. e Srs. Parlamentares, acabei de fazer contato com o Presidente da Casa. A Ordem do Dia será suspensa a partir das 19h45. Peço à Secretaria que avise aos Parlamentares que retomaremos a sessão para leitura do Relatório da Receita do Deputado Jorge Khoury, com sua imediata aprovação. Portanto, solicito aos Deputados que se dirijam à Comissão para acompanhar o relatório que será lido pelo Deputado Jorge Khoury.

Esta sessão está suspensa, mas tão logo receba o sinal da Mesa — e o Presidente já me confirmou neste momento que o dará —, retomaremos a sessão para que o Deputado Jorge Khoury faça a leitura do seu relatório de estimativa da receita. Perfeito?



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Estão reabertos os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 35 e nº 36, de 2008.

Muito embora todos tenham visto a Ordem do Dia ser encerrada, solicito à Secretaria que ligue para a Mesa informando que permanece acessa a luz da Presidência.

Tendo em vista o relatório apresentado e já distribuído do Relator da Receita e as conseqüentes emendas apresentadas, gostaria de dar início à Ordem do Dia, colocando em votação requerimento para inclusão na pauta do relatório de exame quanto à admissibilidade das emendas do Relator da Receita. O autor é o Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Em discussão o requerimento de inclusão. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Apreciação do relatório do exame quanto à admissibilidade de emendas do Relator de Receitas. O autor é o Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Com a palavra o Coordenador do CAE, Deputado Eliseu Padilha, para a apresentação do mais curto relatório da sua história.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** – “Exame de admissibilidade do parecer do Relator da Receita apresentado ao PL nº 38, de 2008, do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária para 2009).

Relatório.”

É do Item 4 em diante.

“As [p23]emendas de receita apresentadas pela Relatoria, conforme Anexo ao presente Relatório, foram justificadas, especialmente, em função da necessidade de ajustes nos parâmetros de crescimento econômico, preço médio do barril de petróleo, taxa de câmbio e massa salarial, bem como das variações verificadas na arrecadação recente deste exercício, utilizada como base para a estimativa da receita primária no Orçamento para 2009.

Trata-se, portanto, de emendas formuladas pelo Relator da Receita com o intuito de corrigir comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, detalhadas por esfera, unidade orçamentária, natureza da receita e valor, todas devidamente justificadas no Relatório da Receita publicado.

Na análise de tais emendas não constatamos conflito com a norma constitucional, legal ou regimental.

VOTO.

Diante do exposto, votamos pela admissibilidade de todas as emendas do Relator da Receita apresentadas e que constaram do relatório publicado.

Brasília, 10 de dezembro de 2008.

Assina o Comitê de Admissibilidade de Emendas.”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação o relatório na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Requerimento para inclusão na pauta.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Relatório de atualização da estimativa da receita, nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006, alterado pela Resolução nº 3, de 2008, apresentada à Proposta Orçamentária de 2009 (Projeto de Lei nº 38, de 2008), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

Autor: Comitê de Avaliação de Receita.

Relator da Receita: Deputado Jorge Khoury.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento de inclusão na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação o relatório na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Apreciação de proposta extrapauta.

Relatório de atualização das estimativas da receita, nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, apresentada à proposta Orçamentária para 2009 (Projeto de Lei nº 38, de 2008), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

Autor: Comitê de Avaliação da Receita.

Com a palavra o Coordenador do Comitê e Relator da Receita, Deputado Jorge Khoury, para a apresentação do seu relatório.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares presentes, "o Relatório da Receita sobre as estimativas de receitas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2009 foi aprovado em 8 de outubro de 2008 pelo Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Sua elaboração, com o auxílio do Comitê da Avaliação da Receita, foi baseada nos arts. 30 e 34 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Nesta oportunidade, conforme autoriza o § 2º do mesmo art. 30 e prevê a LDO para 2009, estamos propondo a atualização das estimativas anteriores da receita, tendo em vista a revisão dos parâmetros que afetam o comportamento da arrecadação e alterações legislativas supervenientes. O Comitê de Avaliação da Receita avaliou o cabimento da iniciativa e colaborou para os resultados.

Em meio a um cenário de incertezas quanto à intensidade da atividade econômica para 2009, o Poder Executivo, na revisão dos parâmetros, reduziu a sua estimativa de crescimento do PIB de 4,5%, na proposta, para 4%, para esse exercício.

Diante do amplo espectro de previsões de variação do PIB pelos diversos agentes econômicos, e a partir de informações mais recentes, avaliamos que esse reposicionamento, ainda que meritório, na tentativa de se ajustar ao novo quadro econômico, está distante da realidade provável que se pronuncia, podendo-se mesmo caracterizar como um patamar otimista para o comportamento da atividade econômica.

Isso posto, em nossa atualização das estimativas resolvemos adotar o índice de crescimento da economia de 3,5%, por julgarmos que ele melhor espelha a realidade futura e se aproxima da média das opiniões dos agentes econômicos.

As mudanças havidas nas estimativas de receitas, entre uma e outra medição, são comparadas com os valores de receita previstos no Projeto de Lei Orçamentária para 2009.

Com relação aos valores estimados no PL 2009, no relatório aprovado anteriormente havíamos reestimado aumentos bruto e líquido de receitas de 9,2 bilhões de reais e 7,9 bilhões de reais, respectivamente.

Nesta oportunidade, com a atualização da estimativa, são esperados agora 802,8 bilhões de reais de receitas primárias brutas, mostrando [p24]uma queda de 6,1 bilhões de reais em relação à receita prevista no Projeto de Lei Orçamentária.

Após as transferências para os Estados e Municípios, que passaram a 143,2 bilhões de reais, menos 3,4 bilhões em relação à proposta, as receitas primárias líquidas foram reestimadas para 659,6 bilhões de reais, apresentando queda líquida de 2,7 bilhões de reais em relação à prevista no projeto de lei.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Os novos resultados dessa atualização implicam, em relação ao nosso primeiro relatório, a diminuição de receitas brutas em 15,3 bilhões e líquidas em 10,6 bilhões.

Essa modificação de resultado decorre de que no relatório aprovado em 8 de outubro de 2008 mantivemos inalterados os parâmetros embutidos na proposta e promovemos apenas ajustes relativamente às receitas extraordinárias e incluímos alguns itens de receita não considerados na proposta, como por exemplo a cobrança da COFINS sobre as atividades de profissionais liberais.

Na atualização dessa reestimativa, ainda que mantendo esses itens, aplicamos a redução da estimativa de crescimento do PIB em 2009 de 4,5% para 3,5%, assim como as novas previsões do Poder Executivo de 21 de novembro para os outros parâmetros."

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Jorge Khoury, perdoe-me. Houve o questionamento ao Presidente da Casa por parte de uma Liderança que alegou ter pressa em votar as matérias constantes da pauta e foi recomeçada a Ordem do Dia no plenário. Se lá estivéssemos, poderíamos questionar que o painel deveria ser suspenso e retomado, mas não vamos fazer isso. Vamos compreender que o nosso destino é ter 5 minutos para votar o Orçamento. Teremos o Orçamento votado nos 5 minutos que nos serão dados.

Suspendo esta reunião e convoco reunião para amanhã às 9h para que o Relator da Receita conclua a sua leitura.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Mas ele não vai viajar para São Paulo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O nosso Relator viajará a São Paulo amanhã, mas peço que amanhã, às 9h, estejamos aqui para atender às demandas que nos cabem. O Relatório da Receita já está distribuído a todos os Deputados e houve acordo de todos os Líderes para que houvesse essa sessão.

Deputado Gilmar, alguma coisa? *(Pausa.)*

Estão suspensos os trabalhos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O [P25]SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro reiniciada a 16ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 35 e 36.

Ontem houve um acordo de todos Líderes desta Casa no sentido de que nós apreciássemos, ainda no dia de ontem, o Relatório de Receitas do Deputado Jorge Khoury, o que não foi possível ser concluído pelo fato de a Ordem do Dia ter-se prolongado durante todo o dia e a noite também, impedindo a nossa realização.

Nós estávamos já em Ordem do Dia, por isso eu retomo a sessão exatamente onde paramos: na Ordem do Dia.

Declaro aberta a Ordem do Dia e volto a submeter ao Plenário apreciação do Relatório de Atualização das Estimativas da Receita, nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, apresentado à Proposta Orçamentária para 2009 — Projeto de Lei 38, de 2008 — que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009."

O autor é o Comitê de Avaliação de Receita.

Passo a palavra ao Deputado Jorge Khoury para prosseguir a sua leitura e, com isso, esta Comissão poder dar o seu voto a esse magnífico trabalho feito por S.Exa., o Relator da Receita.

V.Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, dando continuidade à leitura que vinha fazendo no dia de ontem com relação ao resumo dos dados do nosso Relatório da Receita.

Nesta oportunidade, com a atualização da estimativa, são esperados agora 802,2 bilhões de receitas primárias brutas, mostrando uma queda de 6,1 bilhões em relação à receita prevista no Projeto de Lei Orçamentária.

Após as transferências para os Estados e Municípios, que passaram a 143,2 bilhões de reais (menos 3,4 bilhões em relação à Proposta), as receitas primárias líquidas foram reestimadas para 659,6 bilhões de reais, apresentando queda líquida de 2,7 bilhões de reais em relação à prevista no Projeto de Lei.

Os novos resultados desta atualização implicam, em relação ao nosso primeiro Relatório, a diminuição de receitas brutas e líquidas em 15,3 bilhões de reais e 10,6 bilhões de reais, respectivamente.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Essa modificação de resultados decorre de que no Relatório aprovado em 08/10/2008 mantivemos inalterados os parâmetros embutidos na Proposta e promovemos apenas ajustes relativamente às receitas extraordinárias e incluímos alguns itens de receita não considerados na Proposta, como, por exemplo, a cobrança da COFINS sobre profissionais liberais.

Na atualização dessa reestimativa, ainda que mantendo esses itens, aplicamos a redução da estimativa de crescimento do PIB em 2009 de 4,5% para 3,5%, assim como as novas previsões do Poder Executivo de 21 de novembro para os outros parâmetros.

*Assim, a variação positiva da receita obtida na primeira estimativa foi amplamente superada pelo efeito negativo da aplicação dos novos parâmetros, inclusive a menor taxa de crescimento esperado para 2009, levando, conforme apontado, a uma queda da estimativa de arrecadação até mesmo em relação à prevista no Projeto de Lei.*

Grande parte desse efeito negativo decorre da redução da expectativa de crescimento do PIB, uma vez que se espera pouca ou nenhuma modificação nos indicadores de preços (a variação do IPCA foi mantida em 4,5%). Outras alterações relevantes foram: redução no preço médio do petróleo, que passa de 111,87 dólares na Proposta para 76,37 dólares na revisão; aumento da taxa de câmbio, que passa de 1,77 reais para 2,08 reais, considerando o fim do período, e redução da elevação da massa salarial, que passa de 14,08% para 12,95%.

Destacamos que, nesta atualização, a base de 2008 cresceu em 1,2 bilhão de reais por conta da arrecadação de outubro, que excedeu ao previsto para o mês.

Estabelecemos, ainda, um teto para o imposto de renda das pessoas jurídicas — IRPJ — [P26]e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL, uma vez que foram esses tributos que cresceram o mais rapidamente com a expansão da atividade econômica em 2007 e 2008. Em nossa primeira avaliação, ambas as arrecadações cresciam em relação ao PIB. Porém, no cenário que se avizinha, prudentemente optamos por usar como limites para a carga desses tributos aqueles constantes da Proposta do Poder Executivo.

Outras modificações importantes, e que se refletiram negativamente nas estimativas, foram as reduções das projeções de receitas da Previdência, de *royalties* do petróleo e de dividendos. No primeiro caso, voltamos praticamente ao valor da proposta orçamentária. No segundo, mesmo com o câmbio mais elevado, o impacto da queda do preço internacional do barril do petróleo é mais forte. Por fim, a previsão de dividendos combina queda na expectativa de transferência menor pela Caixa Econômica Federal, como consequência da MP nº 445, de 2008, e maior pela PETROBRAS, à luz do lucro gerado até setembro de 2008.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vou abrir a discussão.

Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sr. Presidente, quero aqui deixar registrados os meus cumprimentos ao Deputado Jorge Khoury pelo brilhante trabalho que realizou, mas temos uma pequena discordância que queremos aqui externar em nome do Governo. Logicamente, só registraremos o nosso voto, vamos seguir, porque para nós o fundamental, neste momento, é a aprovação do Orçamento.

Entendemos que o crescimento do País deve estar mantido na Casa dos 4% e temos convicção para isto, na medida em que vamos ter um salário mínimo, que nós mesmos votamos neste Orçamento, que vai assegurar ganho real aos trabalhadores, mantendo renda para uma parcela significativa da população, e os programas sociais que manterão toda a segurança nos programas sociais, portanto, garantindo o mercado interno funcionando. Tivemos agora a regularização da taxa cambial, o que vai fazer com que a gente não perca os 2,4% do PIB que perdemos neste ano em virtude da saída, a retirada de recursos das filiais para as matrizes, como aconteceu agora. Isso não mais continuará acontecendo porque já retiraram o que era possível, então 2,4% do PIB não sairá no próximo ano.

Temos segurança de que o Governo está tomando todas as medidas, e hoje Presidente Lula vai anunciar mais um conjunto de medidas para continuar estimulando o crédito e, acima de tudo, garantindo mais renda, com uma nova alíquota do Imposto de Renda, beneficiando as classes "C" e "D", garantindo com que fiquem com recursos maiores. A segurança que temos hoje dos recursos que o País acumulou nos últimos anos nos dá essa outra tranquilidade. Retira-se o IOF de várias empresas e alguns setores se diminui o IPI.

Portanto, Sr. Presidente, é com essa firmeza que acreditamos, e vamos trabalhar para que o PIB se mantenha em 4%. Aceitamos as argumentações do Sr. Relator mas manteremos nosso voto, entendendo que,



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

para nós, é a coisa mais importante neste momento, e cumprimentando V.Exa. pela agilidade com que vem conduzindo os trabalhos, também o nosso Relator. Agradecemos muito às bancadas que ontem fizeram o seu papel, acertando tudo para que, na próxima terça-feira, possamos ter a votação do nosso Orçamento aqui, e na quarta-feira, se Deus quiser, no plenário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Obrigado Deputado Gilmar.

Esta assessoria é extraordinária. Ontem a Myrna e a assessoria saíram daqui depois da meia-noite para receber o trabalho das bancadas.

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente, nobre Relator, nós queremos dar o apoio ao nobre Deputado Jorge Khoury no momento em que S.Exa. apresenta o seu relatório de atualização de receita, até porque é inegável que a essa crise, a partir de toda essa repactuação mundial que precisa ser feita a partir da economia de vários países, nós precisamos também nos readequar.

É claro que o PSDB desejaria que ocorresse um efetivo crescimento do PIB. Entretanto, os cenários demonstram que nós precisamos ter a co-responsabilidade de atualizar as estimativas de receita. É claro também que o impacto no preço do barril do petróleo é bastante significativo e [p27]se reflete na nossa arrecadação no tocante a essa estimativa de receita a partir dos *royalties*, e isso faz com que possamos ter essa reflexão de verificar o real crescimento que nós poderemos ter.

O PSDB dá esse apoio ao Deputado Jorge Khoury, até porque, dando apoio a V.Exa. por intermédio dessa Presidência, que vem trabalhando com grande maestria em fazer com que todos os partidos tenham espaço necessário não só nas relatorias, mas também fazendo parte das subcomissões que são necessárias ao desenvolvimento deste trabalho, foi de grande importância deixar com o DEM essa relatoria, fazendo com que a Oposição e Situação sentassem para trabalhar o Orçamento com a celeridade necessária.

É claro que essa celeridade não impede nenhum processo legislativo. Muito pelo contrário, estamos sempre observando todo o processo legislativo. Em determinados momentos, esta Comissão não avançou em virtude da pauta do dia e da necessidade também de se ter de trabalhar aqui e também lá no plenário.

Então, queremos dar esse apoio ao nosso Deputado Jorge Khoury e parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Obrigado a V.Exa. Deputado Guilherme Campos.

**O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS** - Sr. Presidente, parabenizo aqui o Relator Deputado Jorge Khoury pelo seu trabalho. S.Exa. conseguiu, com muita responsabilidade e independência, produzir um relatório que conseguiu descontentar todos: o Governo, que queria mais, e a Oposição, que queria menos. Mas o Jorge, com a sua independência, conseguiu colocar uma expectativa de crescimento do PIB mais dentro da realidade.

O Brasil está inserido no mundo, o mundo passa por dificuldades, isso vai chegar aqui, com certeza não na mesma intensidade que vem acontecendo em diversos países do mundo, mas estaremos passando aí por um ano no mínimo nebuloso em cima de expectativas muito complicadas. Em cima desse processo o Deputado Jorge Khoury fez um trabalho em que conseguiu dar um parâmetro e uma marca para essa sua gestão enquanto Presidente, que aliás merece todas as nossas referências de boa condução.

Seriam essas as palavras, Sr. Presidente, e vamos aí tocar para a aprovação deste relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. o apoio e a participação brilhante nesta Comissão.

Deputado José Guimarães.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Jorge Khoury, em nome da bancada do PT, quero enfatizar a nossa concordância com o mérito do relatório apresentado por V.Exa. É claro que nós não somos o apocalipse do quanto pior melhor, e acredito que a Oposição muito menos. Evidentemente, o Governo previa, e há condições para essa previsibilidade, um crescimento maior.

Até disse ontem para o Senador Delcídio: ótimo, como nós tivemos um crescimento econômico tão sustentado este ano, no último trimestre, de 6,8, evidentemente que no próximo ano, ainda que o crescimento seja 3, 3,5 ou até 4, nessa faixa estabelecida pelo Relator, o Deputado Jorge Khoury... É claro que a média histórica de



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

crescimento do Governo do Presidente Lula será muito superior aos governos anteriores. Isso por conta dos fundamentos da política macroeconômica desenvolvida pelo nosso Governo.

Então, queria expor a nossa concordância.

Segundo, quero ressaltar, Deputado Jorge Khoury, que é exatamente por conta da forma como foi feito este relatório, pela primeira vez, num momento de crise, de cortes, o relatório de V.Exa. está preservando pelo menos alguns aspectos fundamentais para dar ao Senador Delcídio a possibilidade de fazer o relatório geral para votar na terça-feira. Os investimentos do PAC têm importância extraordinária para o Nordeste brasileiro; os programas sociais; não vamos mexer na área da educação nem da saúde.

É importante dizer que toda a negociação nas bancadas, Presidente, está praticamente concluída. Há um pequeno detalhe, na Paraíba, que estamos trabalhando, correndo para ver se resolvemos.

As emendas individuais, o Ministro Paulo Bernardo concordou que elas fossem aumentadas para um valor que, evidentemente, tem impacto no Orçamento.

Quero dizer finalmente, Deputado Jorge Khoury, neste momento importante de final de ano, de festa de Natal, que o trabalho que todos fizemos aqui na Comissão presidida pelo Deputado Mendes, pelo Relator Senador Delcídio, pelo nosso Líder do Governo aqui no Congresso, o Deputado Gilmar Machado, e por todos nós, Senador Delcídio, de fato fizemos um trabalho coletivo. Pela [p28]primeira vez na Comissão, pelo menos nesses últimos 2 anos em que estou aqui, o que presidiu o trabalho de V.Exa. não foi essa visão presidencialista: "eu faço". Não! Houve compartilhamento conosco, com os Deputados da Oposição e os Deputados do Governo.

Acho que, com isso, ganha o Congresso. Disse ontem numa entrevista que quem ganha com isso vai ser o Congresso Nacional, porque ele recupera suas prerrogativas. E acabamos com essa história de, ao chegar ao final do ano, passar para janeiro, passar para fevereiro e não se votar o Orçamento Geral da União. Esse é um marco para esta Comissão e é fruto do trabalho de V.Exas.

No caso específico do Relatório de Receita, do Deputado Jorge Khoury, do DEM, principalmente um DEM — agora vou terminar brincando, viu Deputado Guilherme Campos? — muito democrático nas relações. Estou aprendendo a admirá-lo não só por ser nordestino da Bahia, da nossa querida Bahia, mas principalmente pelo seu jeito e pela forma correta e transparente com que nos tratou na discussão do relatório de receitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais inscritos, vou colocar em votação o relatório.

A discussão está encerrada.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Deputado Gilmar Machado.

Faço de conta que não vi, mas vou registrar.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero passar a palavra ao Relator da Receita, Deputado Jorge Khoury, e quero registrar a presença do nosso Relator-Geral, que praticamente não dormiu, fazendo seu trabalho, e nos brinda com sua presença.

Deputado Jorge Khoury V.Exa. está com palavra.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** - Sr. Presidente, querido amigo Mendes Ribeiro Filho; caro amigo Senador Delcídio Amaral, Relator-Geral deste Orçamento, neste instante gostaria de agradecer todo apoio que recebi durante esse período do Presidente desta Comissão, que, não tenho dúvida, marca um novo momento de se praticar a elaboração do Orçamento neste País.

Gostaria muito, Sr. Presidente, que pudéssemos ter a capacidade de poder acompanhá-lo em 2009. Não sei de que forma poderíamos acompanhar a execução orçamentária de maneira tal que pudesse contribuir para aqueles que vierem a elaborar o Orçamento de 2010.

Agradeço também pelas palavras aos meus colegas aqui.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Quero dizer ao companheiro Gilmar Machado que entendo perfeitamente o seu pensamento e torço para que possamos crescer 4 ou até mais do que isso. No entanto, pode ficar certo de que procuramos fazer o mais justo possível, no meu entendimento, com relação à realidade que estamos atravessando.

Nas palavras do Deputado José Guimarães, quero dizer que tive o cuidado de conversar com o Senador Delcídio Amaral com relação a esse novo índice exatamente no sentido de não criar problemas maiores para as atividades que estavam em andamento em nosso País, como V.Exa. bem disse. O Senador tem tido o maior cuidado na questão dos cortes, buscando fazê-los nas áreas que não venham criar nenhuma dificuldade na execução orçamentária do próximo ano. Estamos trabalhando na melhoria das condições do nosso País, e não seria eu que trabalharia contra isso.

Aquilo que V.Exa. falou, da preservação do PAC, dos programas sociais, do salário mínimo, da saúde, da educação, do preço mínimo para a agricultura, tudo isso, mesmo com esse índice, haverá condição de preservar nesse esforço que o Senador Delcídio Amaral vem fazendo na elaboração dos cortes. Será feito de maneira tal que haja condição de o Governo poder ter o Orçamento necessário para trabalhar no ano de 2009.

Quero dizer, da mesma forma como falaram meu companheiro Gilmar Machado e meu correligionário, meu querido amigo, Guilherme Campos, que representa o meu partido, na visão do nosso partido, esse índice seria menor. No entanto, houve esse entendimento de que, mais importante de que uma alteração de 0,5% a mais ou 0,5% menos, é o interesse da Nação de aprovar esse Orçamento neste ano. Acho que é uma resposta concreta que estamos dando, que o Congresso Nacional está dando para o País neste momento de dificuldade que também se está refletindo no mercado mundial.

Portanto, quero agradecer a todos por esse entendimento e, de maneira especial, ao meu Presidente pela condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Jorge Khoury, V.Exa. foi brilhante.

Gostaria de passar a palavra ao nosso Senador Delcídio Amaral[p29], que, tenho certeza, não poderia deixar de se manifestar diante desse trabalho magnífico feito pelo Deputado Jorge Khoury, da Bahia.

Por favor, Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** - Eu posso quebrar o protocolo aqui, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Claro.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** - Perdoe-me, eu quero... Está aqui anotado, mas me passou... Eu quero agradecer a toda a equipe da Casa; à Secretária Myrna e todo seu pessoal, ao Wagner com toda sua área técnica, e de maneira especial ao Consentino, à Márcia, ao Flávio, ao Ruy, e também à turma do Senado, como a Lyz, que está ali, e outros que não nos faltaram em momento algum para que pudéssemos chegar a essa peça final de relatório.

Muito obrigado.

**O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL** - Cumprimento o Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho; os demais Parlamentares da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Gestão; especialmente o Deputado Jorge Khoury pelo trabalho, pela competência, pela serenidade e pelo espírito de discutir, que desenvolveu o seu trabalho com essa noção clara de que, independentemente de partido, trabalhou incessantemente ao longo desses meses para que tivéssemos um Relatório de Receita o mais próximo da realidade com que vamos nos defrontar em 2009, e trabalhando em equipe. Como disse o Deputado José Guimarães, não só com as equipes do Senado, da Câmara, da Comissão de Orçamento, mas também com os demais Parlamentares. Quero parabenizá-lo pela aprovação do relatório e só esclarecer algumas questões que eu entendo que são importantes nessa próxima fase.

Só para historiar um pouco, ontem, sob o comando do Deputado Mendes Ribeiro Filho, foram feitas reuniões com as Lideranças, com os coordenadores de bancada. Num clima de corte, estabelecemos, no bom senso, no diálogo um padrão de definição, em cima dos últimos 3 anos, o valor médio por bancada.

Havia um desequilíbrio, Deputado Gilmar Machado, Líder do Governo, entre bancadas e dentro das bancadas também. Isso, de certa maneira, foi equalizado, ou pelo menos foi melhorado, essa distribuição foi melhorada. Isso é muito importante não só no que se refere ao desequilíbrio entre bancadas ou a uma performance menor de algumas bancadas, notadamente do Nordeste, com relação aos valores médios dos últimos 3 anos, como também uma distribuição de recursos mais equilibrada entre os Parlamentares de cada bancada. Isso foi possível





**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

fazer. Evidentemente, nós não podemos agradar a todos, até porque o cobertor é curto, mas pelo menos foi criado um critério entendível por todas as bancadas.

Ontem, no final já, por volta de 19h ou 20h, as bancadas se reuniram, os coordenadores de bancadas se reuniram com o Comitê de Assessoramento da Comissão de Orçamento — Deputado Raimundo Gomes de Matos, Deputado José Guimarães, Deputado Jaime Martins, Deputado Luiz Bittencourt, Deputado Jorge Khoury, Deputado Eliseu Padilha, Deputado Colbert Martins — e, dentro do prazo que foi estabelecido, entregaram suas propostas, que serão, ao longo do dia de hoje, já incorporadas ao relatório.

Eu gostaria de destacar que, evidentemente, há alguns pequenos problemas, que são naturais dentro de um processo de discussão do Orçamento, os quais equacionaremos com a nossa equipe aqui e com o Líder do Governo, Deputado Gilmar Machado. Ao [P30]mesmo tempo, quero deixar claro que o acordo feito com os coordenadores e com os líderes é o de que, dentro desse nivelamento, desse critério apresentado, nós eliminaríamos destaques, não só na votação da Comissão de Orçamento mas também na votação do Congresso. O que ficou claro, até por intermédio do Deputado Aleluia, é que os que seriam apresentados seriam destaques muito mais de mérito para o debate da economia brasileira *vis-à-vis* com a crise internacional do que questões diretamente ligadas a algum tipo de mudança no Orçamento. Esse foi o entendimento que todos nós tivemos. Fiz questão de registrar também a agricultura, a garantia de preço mínimo, que é uma reivindicação forte da bancada ruralista e muito importante neste momento para o País.

Portanto, Deputado Mendes Ribeiro Filho, avançamos naquilo que foi possível dentro da revisão de receitas apresentada pelo ilustre Deputado Jorge Khoury.

Quero também deixar registrado porque vi em alguns jornais hoje algumas informações equivocadas com relação ao encaminhamento que será dado nos próximos dias. Falam em cortes de 13, 15 bilhões, e que isso era para atender emendas. Muito pelo contrário, todos os Poderes sofreram com cortes. Portanto, é uma informação, primeiro, equivocada com relação aos números, porque os números que estão balizando os cortes são próximos a 10 bilhões de reais. Nós já trabalhávamos com 8,8 em função da estimativa encaminhada pelo Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento. Ontem mesmo conversei, com esse número próximo de 10 bilhões, com o próprio Ministro Paulo Bernardo.

Portanto, não compreendi onde é que estão os 13 bilhões que foram citados hoje. Muito pelo contrário, o Legislativo está sofrendo com os cortes, o Judiciário e o Executivo também. Todo o mundo está dando a sua quota de contribuição para se chegar a esse valor de corte.

É importante, e não poderia deixar de destacar, Deputado Gilmar Machado, porque nós discutimos isso à exaustão, que poupamos nos cortes exatamente a lista encaminhada pelo Ministério do Planejamento, sem uma alteração sequer, preservando o PAC, os investimentos dos programas sociais, o aumento do salário mínimo, a saúde e a educação, pelo menos aquilo que a legislação determina. Seguimos à risca. É irretocável o cuidado da Comissão de Orçamento com relação a esses parâmetros. Já citei o salário mínimo.

É importante registrar que os cortes giram em torno de 10 bilhões e são aplicados a todos os Poderes. É importante destacar isso para que não ocorram dúvidas com relação aos números e às informações que esta Comissão de Orçamento tem tratado com o Governo Federal.

A outra questão também que gostaria de registrar é que nós, hoje e amanhã, trabalharemos no fechamento do Orçamento de 2009 com a equipe, com os Consultores do Senado e da Câmara. Pretendemos concluir esse trabalho até amanhã à noite e, no final de semana, publicar pelo menos na Internet o relatório final do Orçamento de 2009 para que venhamos a discutir e aprová-lo, espero, na terça-feira, na Comissão de Orçamento, e, na quarta-feira, na reunião do Congresso Nacional.

Essa é a nossa meta. Quero deixar muito claro a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que praticamente já fiz todas as rodadas de conversas com os Parlamentares e entendo que a reunião com os coordenadores de bancada ontem, tirando alguns ajustes, foi definitiva com relação a todos [P31]os Parlamentares. Portanto, agora vou me fechar no processo de execução final do relatório do Orçamento de 2009, conforme determinação do Deputado Mendes Ribeiro Filho e de todos os Parlamentares da Comissão de Orçamento.

Quero mais do que nunca também mais uma vez registrar, Deputado Jorge Khoury, o trabalho de V.Exa., competente, dinâmico, sereno; parabenizá-lo pela elaboração desse relatório, com o pé no chão, equilibrado, que nos dá condições de trabalhar no Orçamento sem grandes problemas. Se nós reduzíssemos demais o crescimento,



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

desmontávamos o Orçamento, mas como ele é autorizativo, isso dá margem para o Governo trabalhar com tranqüilidade ao longo do próximo ano.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que é muito importante a aprovação do Orçamento de 2009 na próxima quarta-feira para que nós comecemos o ano de 2009, como disse o Deputado José Guimarães, com o Orçamento aprovado e em condições de tocar o Brasil para a frente num momento que é fundamental que a peça orçamentária esteja já disponibilizada para que o Brasil continue caminhando para o progresso, para o desenvolvimento e para um futuro cada vez melhor.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Quero agradecer a V.Exas. a oportunidade e a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quero cumprimentar o Senador Delcídio Amaral. Terei a oportunidade de dizer de público o que foi trabalhar com essa extraordinário figura pública, o que foi conviver com o seu talento, com sua capacidade de harmonizar divergências — está boa a frase, não é? *(Risos.)*

Tem a palavra o Deputado Edmilson Valentim.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON VALENTIM** - Sr. Presidente, realmente a Comissão está de parabéns, a começar por V.Exa. e pelos 2 Relatores. A capacidade de agregar, de fazer consenso tem sido enorme, o que tem até nos criado muita dificuldade para poder divergir. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. não está insinuando algum ato ditatorial do Presidente? *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO EDMILSON VALENTIM** - Não, mas quero cumprimentar o Relator, Deputado Jorge Khoury, pelo alto espírito público, por sua preocupação em viabilizar a aprovação do Orçamento, levando em consideração que Deputado Jorge Khoury é de um partido de Oposição, mas com a preocupação em fazer um trabalho que esteja à altura das necessidades do País.

A despeito da discordância do excesso de cautela que continuamos a ter com a redução do crescimento do PIB, apesar da crise — e a crise é efetiva, acontece, está presente, também vejo que o País e o Governo têm buscado exatamente tirar da crise oportunidades de fazer mudanças interessantes, a preocupação de investir na produção, de fortalecer o crédito, o mercado interno, de mexer em determinadas questões tributárias que há muito tempo poderiam já ter sido modificadas. Aproveita-se a crise para enfrentar isso e simplificar, facilitar a vida daquelas pessoas que empreendem e que são a saída da crise, ou seja, com investimento, gerando emprego, estimulando o consumo. Por isso acho que é um excesso de cautela, mas, como disse ontem na reunião, nós nos rendemos à opinião majoritária da Comissão. Sr. Presidente, creio que teremos oportunidade, e sou daqueles que torcem, e acredito que o próprio Relator torce, para que essa previsão esteja errada e que possamos ter uma alternativa.

Quero cumprimentar o Relator, Senador Delcídio Amaral. Tenho conversado com vários Deputados, coordenadores de bancada, particularmente do meu Estado, e acho que este também é o sentimento de todos: estamos produzindo de forma bastante eficaz, com critérios muito transparentes, bastante [p32]democráticos, produzindo uma peça orçamentária que... Não vou fazer comparação com anteriores, mas quero reafirmar que tem sido para mim uma satisfação muito grande participar da elaboração do Orçamento nesta Comissão Mista presidida por V.Exa.; que tem os 2 relatores e mais a Senadora Serys. Ou seja, estamos dando um grande passo e dando a nossa contribuição para enfrentar os desafios do ano de 2009, que serão grandes.

Era só para fazer esse registro, mantendo obviamente a nossa posição de que poderíamos ter reduzido de 4,5% para 4% o crescimento do PIB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quero agradecer a V.Exa. a participação brilhante e sempre atuante.

Quero atender a um pedido do Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado é conhecidíssimo na Casa por ser cumpridor de acordos. Aliás, esta Comissão tem-se caracterizado por isso.

O Deputado Gilmar Machado solicita que, excepcionalmente, seja colocado em votação um requerimento originário de acordo realizado em sessão do Congresso Nacional entre o Deputado Aleluia, da bancada do DEM, e a bancada do Governo. Diz respeito à votação de requerimento do Deputado José Carlos Aleluia que requer seja encaminhada ao Tribunal de Contas da União solicitação de informações atualizadas acerca de processos



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

existentes naquela Corte relativos à fiscalização de obras nos Municípios de Alagoinhas e Candeias, no Estado da Bahia.

Para que possa apreciar isso, Deputado Gilmar, a Comissão tem que concordar que eu receba o requerimento de votação extrapauta do Deputado Aleluia sem que ele esteja presente na Comissão. Isso esta Presidência só pode fazer com autorização do Plenário.

Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sr. Presidente, se há alguma dúvida, e eu acho que o Deputado Aleluia tem alguma dúvida, nós queremos saná-la. Então, nós somos favoráveis à inclusão. Podemos votar porque o Governo quer saber se alguém tem alguma dúvida e algum Ministério decidiu alguma coisa equivocadamente, logicamente que o Ministério vai ter de responder por isso. Para nós, não há nenhum problema com relação ao pedido e nós autorizamos não só a inclusão como pedimos o apoio aos demais Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente, quando da última votação dos créditos adicionais, no Congresso Nacional, o Deputado Aleluia apresentou essa solicitação. Foi feito um acordo no plenário para que pudéssemos acatar. Mesmo sem a presença de S.Exa. aqui, achamos de bom alvitre dar esse apoio para que possamos averiguar. É claro que haverá transparência, como sempre há em várias ações, e precisamos elucidar qualquer dúvida que possa surgir.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Havendo o testemunho de V.Exa., torna-se mais claro, muito embora eu nunca tivesse dúvida da palavra do Deputado Gilmar. V.Exa. tranquiliza pela participação na sessão do Congresso Nacional.

Deputado Luiz Bittencourt, V.Exa...

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Para depois da votação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Então, eu vou colocar em votação o requerimento do Deputado Aleluia solicitando que, extrapauta, entre o seu pedido de informação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em pauta, requerimento do Deputado José Carlos Aleluia, de número 14, de 2008, que "requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União solicitação de informações atualizadas acerca de processos existentes naquela Corte de Contas relativos a fiscalização de obras nos municípios de Alagoinhas e Candeias, no Estado da Bahia".

Vou colocar em discussão. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Vou colocar o requerimento em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa[p33].)*

No Senado da República.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o Requerimento de Informação nº 14, do Deputado José Carlos Aleluia.

Solicito à Secretaria que comunique ao Deputado as providências desta Comissão.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Bittencourt.

**O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Sr. Presidente, é apenas para, em nome da bancada do PMDB, registrar aqui a nossa alegria com o desenvolvimento dos trabalhos, que vão chegando ao seu limiar de forma bastante positiva.

Primeiro, o orgulho que a bancada tem pelo trabalho que V.Exa. tem feito à frente da Comissão. Sabemos que o maior desafio da Comissão [P34]de Orçamento é fazer uma peça orçamentária que seja compatível com a realidade, factível na sua execução e, principalmente, transparente. Um debate da peça orçamentária que seja pautada pela seriedade, pela correção de princípios e, acima de tudo, pela transparência com que os atos são feitos



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

por esta Comissão. E essa marca V.Exa. conseguiu imprimir nos trabalhos que esta Comissão realizou ao longo deste ano.

Nós, que acompanhamos os trabalhos da Comissão de Orçamento nos últimos anos, percebemos que alguns critérios que foram implantados por V.Exa. poderiam ser adotados permanentemente como, por exemplo, aquelas reuniões de madrugada, aqueles debates intermináveis, aquelas trocas de influência e de negociações que eram feitas de certa forma acabaram tirando o caráter de transparência da implantação. Então, os critérios adotados pela assessoria, o acompanhamentos dos técnicos, o trabalho feito pelos servidores da Comissão tiveram muito mais efeito no sentido de produzir o resultado positivo, como esse que estamos chegando agora, bem como os Líderes de bancadas e os Líderes que acompanharam todos os debates.

O Deputado Gilmar foi extremamente positivo, conduziu seu trabalho de forma a manter o equilíbrio da relação do Governo com os partidos de oposição. O Deputado Jorge Khoury fez um trabalho excelente e, pela sinceridade das suas palavras e clareza da sua argumentação, convenceu a todos nós, principalmente os partidos de base aliada, que vivemos um momento de dificuldade quando a receita tem de acompanhar a previsão de, pelo menos, redução de investimentos e freio na economia global que temos pela frente. O Senador Delcídio tem sido também muito solícito nas nossas discussões, tem estado presente em todas as bancadas. Enfim, cumprimento todos aqueles companheiros que participaram desse debate de forma mais miúda, tratando dos assuntos relativos a cada Estado, a cada interesse de Deputados que legitimamente defendem as suas comunidades.

A Comissão de Orçamento vai chegando ao final de seu trabalho de forma muito positiva, e tudo isso o PMDB sabe que pode creditar ao trabalho que V.Exa. fez aqui nessa Comissão. Então, parabéns ao Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho. O partido tem muito orgulho do que nós fizemos. V.Exa. engrandeceu o trabalho feito pela Comissão por todos os Parlamentares. Parabéns ao nosso Deputado Jorge Khoury e ao Senador Delcídio Amaral pela forma que conduziram e tem conduzido a finalização do Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço, Deputado Luiz Bittencourt. Tenho dito que essa Comissão, se até aqui conseguiu algo, foi graça ao trabalho dos Deputados membros e dos Líderes, que foram incansáveis.

Muito obrigado, Deputado Luiz Bittencourt.

Deputado Raimundo.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Antes de concluir esta reunião, queremos fazer — infelizmente o Deputado Gilmar Machado não se encontra no plenário — um apelo ao Governo. Acreditamos que o Congresso Nacional tem-se comportado, principalmente aqui na Comissão de Orçamento, suprapartidariamente, trabalhando para que vencêssemos os obstáculos em termos de agenda desta Comissão de Orçamento. Entretanto, esse nosso trabalho poderá ser em vão, Sr. Presidente, nobre Relator, se realmente o Executivo não cumprir com a execução orçamentária, como não vem cumprindo. É lamentável ficarmos peregrinando pelos Ministérios para tentar empenhar os recursos; para os municípios que criaram aquela expectativa das emendas individuais, a questão das próprias emendas de bancada, as questões das emendas de Comissão. Acredito que a área econômica do País precisa ser sensível, até porque o desenvolvimento do País passa pelo município.

O desenvolvimento e as melhorias dos indicadores sociais e econômicos passam também por esses recursos que são destinados para os municípios, para os Estados, inclusive para instituições, não só do terceiro setor, mas para próprias instituições do própria estrutura do Governo Federal, como é o caso do DNOCS, dos tribunais. São recursos que foram assegurado no Orçamento de 2008, e ainda existe também um volume significativo de recursos de 2007 a serem liquidados. Cada obra e cada investimento que é paralisado, o custo de se reiniciar essa obra alavanca também um outro adicional de recurso.

Então, nosso apelo aqui, Sr. Presidente, é que possamos tentar sensibilizar a área econômica para [P35]que cumpra com o compromisso por meio do nosso trabalho. O ideal seria realmente um orçamento impositivo, como V.Exa. tanto solicita. Esse é o nosso apelo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo, a crítica da Oposição é a deste Presidente. Nós precisamos sair do Orçamento "peça de ficção". A execução orçamentária é muito baixa, o que valoriza mais ainda o trabalho desta Comissão. Se nós tivéssemos o Orçamento cumprido pelo Executivo, poderíamos dizer que esta Comissão trabalha em cima do cumprimento do Orçamento para os seus Estados e para



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

os seus municípios. Nem isso acontece. Esta Comissão esteve à frente desses trabalhos extraordinários cumprindo com as suas obrigações, muito embora as queixas do Estados.

Eu quero agradecer a todos a participação.

Senador Delcídio Amaral, esta Presidência gostaria de convocar reunião para semana que vem, terça-feira, às 10h, às 14h e às 18h, e nos mesmo horários na quarta-feira, muito embora tenhamos a expectativa e a esperança de que na quarta-feira estejamos votando o relatório brilhantemente assinado por V.Exa. no plenário do Congresso Nacional.

Cancelo as reuniões marcadas para esta semana, hoje e amanhã, convocadas, visto que cumprimos a pauta, votando o relatório e receita do Deputado Jorge Khoury.

Esta Presidência assinará a partir de hoje o projeto criando o Orçamento Participativo da União. Gostaria que todos os membros desta Comissão fosse co-autores dessa iniciativa junto com o Presidente.

Está encerrada a reunião.